



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

20.^a SEÇÃO JUDICIÁRIA

Comarca de Formosa do Oeste/PR

Avenida São Paulo, n.º 477 (Fone/Fax **44-3526-2657)

Juizado Especial Cível e Criminal

OF. 080/2011

Formosa do Oeste, 01 de julho de 2011.

Senhor Juiz:

Pelo encaminhamento a Vossa Excelência a Portaria e Edital nº 001/2011, para os devidos fins.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos de estima e consideração.

A assinatura manuscrita do juiz, feita com uma caneta escura, apresentando traços fluidos e uma grande letra inicial 'A' circundada por um oval.

ALARICO FRANCISCO R. DE OLIVEIRA JUNIOR
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais

À

ORDEM DOS ADVOGADOS – Subseção da Ordem dos Advogados de
Av. Cívica, 220
CEP 85-935-000
ASSIS CHATEAUBRIAND/PR



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 01/2011

O Dr. **ALARICO FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR**, MM. Juiz de Direito Supervisor do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública ou Juizado Especial Cível ou Juizado Especial Criminal ou Juizado Especial Criminal e da Fazenda Pública no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei em observância a Resolução nº 03/1010 do Conselho de Supervisão do Sistema dos Juizados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Instaurar **PROCESSO SELETIVO** para o preenchimento da(s) vaga(s) para a função de **Juiz Leigo e Conciliador remunerado** do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Formosa do Oeste, determinando:

A distribuição, registro e autuação da presente Portaria como procedimento administrativo junto a Secretaria do Juizado Especial, para a seleção de **Juízes Leigos e Conciliadores** remunerados do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública;

A nomeação da Secretária do Juizado Especial, Sra. **ANA MARIA VERUSSA** para exercer a função de secretário do presente procedimento seletivo;



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A abertura de conta corrente no **Banco do Brasil**, agência desta Comarca, independentemente, de depósito prévio para uso exclusivo do presente processo seletivo, em que serão efetuados os depósitos das taxas de inscrições e movimentadas as despesas do procedimento. Oficie-se;

A publicação e fixação do Edital nº 01/2011, nos termos da Resolução nº 03/2010 do Conselho de Supervisão do Sistema dos Juizados Especiais.

Encaminhe-se cópia a Supervisão Geral do Sistema de Juizados Especiais, a Douta Corregedoria-Geral de Justiça deste Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil, subsecção de Formosa do Oeste.

Formosa do Oeste, 29 de junho de 2011.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

ALARICO FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR

Juiz de Direito Supervisor do Juizado Especial



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES REMUNERADOS

Edital n.º 01/2011

O DR. ALARICO FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR, JUIZ DE DIREITO SUPERVISOR DO JUIZADO ESPECIAL Cível, Criminal e da Fazenda Pública DA COMARCA DE FORMOSA DO OESTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Resolução nº 03/2010 do Conselho de Supervisão do Sistema dos Juizados Especiais, torna pública a abertura de inscrições para o processo seletivo de juízes leigos e conciliadores para atuação no mencionado Juízo, atendidas as condições e termos seguintes:

1 – DAS VAGAS

1.1 - Serão oferecidas 02 vagas para juízes leigos do Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública e 04 vagas para conciliadores do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, havendo classificação até o 10º colocado, para efeito de cadastro de reserva, a fim de suprir eventuais necessidades de substituição ou mesmo para preenchimento de vagas abertas, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.

2 – DOS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

2.1 – De acordo com o que determina o art. 6º da Resolução 03/2010 do CSJEs, são requisitos para o exercício da função:

a) de juiz leigo:

- a.1) ser brasileiro nato ou naturalizado e maior de dezoito anos;
- a.2) não ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do juiz titular e do secretário do Juizado Especial no qual pretende exercer suas funções;

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva abaixo.

二、中国农村的变迁

中国农村的变迁，是一个复杂的过程，涉及到经济、社会、文化等多个方面。

（一）经济变迁

中国农村的经济变迁，主要体现在农业生产力的提高和农村产业结构的调整上。随着农业技术的进步和农村经济体制的改革，农业生产效率得到了显著提高。同时，农村产业结构也在不断优化，从传统的单一农业向多元化方向发展，包括发展乡镇企业、农村旅游业等。这些变化不仅提高了农民的收入水平，也促进了农村经济的繁荣。

在农业生产力的提高方面，主要得益于农业机械化、化肥农药的普及以及农业科技的推广。这些技术的应用，使得农业生产效率得到了显著提升。同时，农村经济体制的改革，特别是家庭联产承包责任制的实施，极大地调动了农民的生产积极性，进一步推动了农业生产力的发展。

在农村产业结构的调整方面，主要体现了从传统农业向多元化发展的趋势。随着农村经济条件的改善，农民开始寻求更多的收入来源，除了传统的农业生产外，还积极参与到乡镇企业、农村旅游业等非农产业中。这种多元化的发展，不仅增加了农民的收入，也促进了农村经济的整体发展。

中国农村的变迁，是一个持续的过程。未来，随着乡村振兴战略的深入实施，中国农村将迎来更加美好的明天。我们将继续加大对农村的支持力度，推动农村经济、社会、文化的全面发展，实现农业强、农村美、农民富的目标。



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- a.3) não exercer atividade político-partidária, nem ser filiado a partido político, ou representante de órgão de classe ou entidade associativa;
- a.4) não registrar antecedente criminal, nem responder a processo penal, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs;
- a.5) não ter sofrido penalidade nem praticado ato desabonador no exercício de cargo público, da advocacia ou da atividade pública ou privada, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs;
- a.6) estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;
- a.7) possuir pelo menos 2 (dois) anos de experiência jurídica, segundo critérios fixados no art. 6º, § 2º da Resolução nº 03/2010 do CSJEs.

b) de conciliador:

- b.1) ser brasileiro nato ou naturalizado e maior de dezoito anos;
- b.2) não ser cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do juiz titular e do secretário do Juizado Especial no qual pretende exercer suas funções;
- b.3) não exercer atividade político-partidária, nem ser filiado a partido político, ou representante de órgão de classe ou entidade associativa;
- b.4) não registrar antecedente criminal, nem responder a processo penal, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs;
- b.5) não ter sofrido penalidade nem praticado ato desabonador no exercício de cargo público, da advocacia ou da atividade pública ou privada, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs.

2.2 – Não poderão concorrer às vagas de conciliadores e juízes leigos remunerados:

- a) os funcionários do Poder Judiciário;
- b) o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Tribunal de Justiça ou de juízes a ele vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento, nos termos do art. 2º da Resolução 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça e da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, observado ainda o contido no art. 6º, II da Resolução 03/2010 do CSJEs.



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 – DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A remuneração dos conciliadores e dos juízes leigos será proporcional ao número de audiências realizadas, observando-se os valores determinados nos arts. 36 e 37 da Resolução nº 03/2010 do CSJEs, bem como os limites estabelecidos no Anexo II para cada unidade de Juizado Especial.

3.2 – Os limites previstos no item 3.1 são meramente remuneratórios e não podem ser invocados como motivo para a não distribuição ou não realização de audiências.

4 – DA DURAÇÃO

4. 1 – Os juízes leigos e os conciliadores serão designados pelo Supervisor-Geral do Sistema de Juizados Especiais para exercerem suas funções pelo prazo de 4 (quatro) anos, permitida a recondução de forma ilimitada.

5 – DAS INSCRIÇÕES

5.1 – As inscrições serão realizadas no período de 13 de julho a 20 de julho de 2011, no horário das 12:00 às 19:00 horas, na Secretaria da Unidade do Juizado Especial, localizado na Av. São Paulo, 477 - Fórum.

5.2 – As declarações apresentadas na ficha de inscrição, bem como a documentação apresentada no decorrer do processo seletivo, serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo, inclusive, penalmente, por qualquer falsidade, nos termos dos arts. 299 e 304 do Código Penal.

5.3 – Para se inscrever o Candidato deverá:

- a) preencher um requerimento que estará à disposição dos interessados no local da inscrição;
- b) pagar a taxa de inscrição no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) para concorrer à função de juiz leigo e de R\$ 20,00 (vinte reais) para concorrer à função de conciliador, mediante depósito identificado em conta corrente (Agência: 4509-8 / Conta Corrente: 70.000-2) especialmente aberta para a realização do processo seletivo, junto ao Banco do Brasil;
- c) apresentar-se munido dos seguintes documentos:



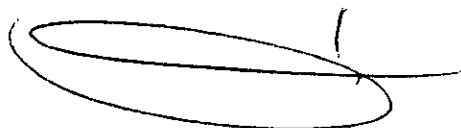
ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- c.1) fotocópia legível da cédula de identidade;
- c.2) fotocópia legível do CPF;
- c.3) fotocópia legível do comprovante de residência;
- c.4) comprovante de recolhimento da taxa de inscrição junto à instituição bancária.
- 5.4 – O não pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo estabelecido, implicará o indeferimento do pedido de inscrição.
- 5.5 – Em nenhuma hipótese haverá a devolução da taxa de inscrição.
- 5.6 – Não será concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.7 – Serão admitidas inscrições por procuração.

6 – DA SELEÇÃO

- 6.1 – A seleção dos candidatos inscritos será realizada mediante provas:
 - a) escrita, de caráter eliminatório e classificatório;
 - b) de títulos, de caráter meramente classificatório.
- 6.2 – A prova escrita será realizada na data de 25 de julho de 2011, às 14:00 horas, no Salão do Júri da Comarca de Formosa do Oeste, na Av. São Paulo 477, devendo o candidato comparecer ao local indicado com antecedência mínima de 30 minutos do início da prova.
- 6.3 – Em todas as fases, o candidato deverá comparecer ao local da prova designado no edital munido do documento oficial de identificação que serviu de base para a sua inscrição, do comprovante de inscrição e de caneta esferográfica azul ou preta.
- 6.4 – Será considerado aprovado o candidato que alcançar, no mínimo, nota 5,0 (cinco) na prova escrita e na oral, se realizada;
- 6.4.1 – A prova escrita terá nota máxima de 10,0 (dez) pontos;
- 6.5. – A lista de aprovados conterá o nome e a nota do candidato obtida pela média aritmética das notas da prova escrita e da prova oral, se realizada.
- 6.6 – Os candidatos que compõem a lista de aprovados deverão apresentar os títulos que possuem perante a Secretaria do processo seletivo, no prazo de 3 (três) dias,



4

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

contados da publicação da lista de aprovados na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça.

6.7 - Consideram-se títulos:

- a) certificado de conclusão de curso de pós-graduação preparatório para a carreira da magistratura desenvolvido pela Escola da Magistratura do Paraná - valor máximo de 3,0 pontos;
- b) certificado de conclusão de curso de especialização na área dos Juizados Especiais, com carga horária mínima de 20 horas - valor máximo de 1,0 ponto;
- c) certificado de conclusão de curso de capacitação para conciliação e/ou mediação - valor máximo de 1,0 ponto;
- d) o exercício anterior da função de conciliador ou juiz leigo em unidade de Juizado Especial pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, comprovado por certidão expedida pela respectiva Secretaria - valor máximo de 1,0 ponto;
- e) diplomas em curso de Pós-Graduação:
 - e.1) doutorado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas - valor de 1,5 ponto;
 - e.2) mestrado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas - valor de 1,0 ponto;
 - e.3) especialização em Direito, na forma da legislação educacional em vigor, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, cuja avaliação haja considerado monografia de final de curso - valor de 0,5 ponto;
- f) curso de extensão sobre matéria jurídica de mais de 100 (cem) horas-aula, com nota de aproveitamento ou trabalho de conclusão de curso e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) - valor de 0,25 pontos por curso, até o máximo de 1,0 ponto;

6.7.1 - A prova de títulos terá nota máxima de 10,0 (dez) pontos.

6.8 - Os aprovados terão seus títulos valorados e acrescidos à nota da lista de aprovados, obtendo-se, assim, a classificação final.

6.8.1 - Na hipótese de empate, terá preferência o candidato mais idoso.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva abaixo.

THE UNIVERSITY OF ALABAMA

The University of Alabama is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities. The university is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities. The university is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities.

The University of Alabama is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities. The university is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities. The university is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities.

The University of Alabama is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities. The university is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities. The university is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities.

The University of Alabama is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities. The university is a public institution of higher learning, established in 1820. It is the largest and oldest university in the South. The university is located in Tuscaloosa, Alabama. It is a member of the Association of American Universities.



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6.9 - A lista de classificação final deverá ser publicada na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça.

6.10 - Os classificados deverão preencher ficha cadastral na Secretaria responsável pelo processo seletivo e apresentar os seguintes documentos no prazo de 10 dias a contar da publicação da lista de classificação final na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça:

- a) certidão emitida pelo Cartório Distribuidor na esfera Cível e Criminal da Comarca ou Foro onde reside e para a qual se pretende a designação;
- b) declaração de que não advogará na unidade do Juizado Especial da Comarca ou Foro onde pretende exercer a função;
- c) declaração de que não exerce atividade político-partidária, nem é filiado a partido político ou representa órgão de classe ou entidade associativa;
- d) 2 (duas) fotografias 3x4 recentes;
- e) número da conta-corrente e agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal para depósito dos valores pecuniários a serem percebidos a título de prestação de serviços;
- f) número da inscrição de trabalhador (NIT) no INSS ou o número do PIS/PASEP;
- g) no caso de designação para a função de juiz leigo, comprovação de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e declaração de que possui experiência jurídica de, no mínimo, 2 (dois) anos.

6.11 - Verificada a ausência de algum documento, o interessado, independentemente de despacho judicial, será intimado para providenciá-lo no prazo de 3 (três) dias, lapso este que, findo sem manifestação, ensejará a desclassificação do candidato.

7 – DO RESULTADO FINAL

7.1 – Certificada a regularidade, pelo secretário, dos documentos e declarações apresentadas, proceder-se-á a publicação do resultado final.

7.2 – O Edital do resultado final deve ser publicado na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça, contendo os nomes e as médias, das provas escrita e oral, se realizada, acrescidas dos títulos, dos



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

candidatos que apresentaram todos os documentos a que se refere o item 6.11 deste Edital.

7.3 – Os recursos devem obedecer ao regramento traçado na Resolução nº 03/2010 do CSJEs.

7.4 – A homologação do resultado final deverá ser publicada na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça.

7.5 – Após a homologação, o Juiz Supervisor oficiará ao Supervisor-Geral do Sistema de Juizados Especiais solicitando a designação dos candidatos aprovados, observado o limite de vagas a preencher e atestando quanto à observância do previsto nos artigos 6º e 23 desta Resolução 03/2010 do CSJEs, instruindo o ofício com a ficha cadastral e as duas fotos 3x4.

8 – DA DESIGNAÇÃO

8.1 – A aprovação no processo seletivo não gera direito adquirido à designação, contudo observar-se-á a classificação final e o prazo de validade para o efeito de designação.

8.2 – Os candidatos, cujos nomes constam no Edital do Resultado Final, item 7.4, que não forem imediatamente designados comporão um cadastro de reserva para suprir eventuais necessidades de substituição ou mesmo para preenchimento de vagas abertas, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.

8.3 – Caso o candidato manifeste a vontade de não ser designado, deverá declará-lo por escrito, passando de imediato a ocupar a última posição na lista dos classificados.

9 – DA FUNÇÃO

9.1 – Cabe ao conciliador, nos Juizados Especiais Cível e da Fazenda Pública, sob supervisão do juiz, conduzir a audiência de conciliação.

9.2 – O Conciliador Criminal desempenhará as suas atribuições na audiência preliminar, sob a orientação e supervisão do juiz togado, atuando nas ações penais privadas, nas públicas condicionadas à representação, ~~indistintamente, e nas ações~~

7



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

penais públicas incondicionadas em que o Juiz e o Promotor entendam conveniente a sua atuação.

9.3 – São atribuições do juiz leigo:

- a) presidir as audiências de conciliação;
- b) presidir audiências de instrução e julgamento, podendo, inclusive, colher provas;
- c) proferir parecer, em matéria de competência dos Juizados Especiais, a ser submetido ao Juiz Supervisor da unidade de Juizado Especial onde exerça suas funções, para homologação por sentença.

9.4 – A atuação dos juízes leigos ficará limitada aos feitos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.

9.5 – Os conciliadores e juízes leigos ficam impedidos de exercer a advocacia perante a Unidade do Juizado Especial da Comarca ou Foro onde forem designados.

10 – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – O exercício das funções de conciliador e de juiz leigo é considerado de relevante caráter público e sem vínculo empregatício ou estatutário com o Tribunal de Justiça.

10.2 – As comunicações de todos os atos do teste seletivo serão feitas através do endereço ou telefone ou e-mail informados na ficha de inscrição, a critério da autoridade responsável pelo exame, sendo que eventual mudança deverá ser previamente comunicada pelo candidato, por escrito e mediante protocolo junto à Secretaria do processo seletivo, sob pena de reputar-se válida a intimação feita através dos locais ou meios fornecidos pelo candidato quando da inscrição.

10.3 – A validade do procedimento seletivo é de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado a partir da data da publicação da homologação do resultado do processo seletivo, na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça, podendo o Juiz Supervisor realizar novo certame antes de findo o prazo, caso exaurido o cadastro de reserva.

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH

THEORY OF THE EARTH



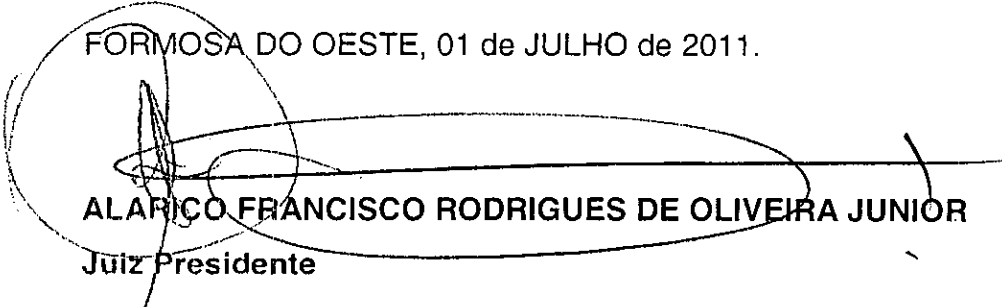
ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10.4 – O teste seletivo realizado por uma unidade de Juizado Especial poderá ser aproveitado por outra, respeitada a ordem de classificação, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.

10.5 – As ocorrências não previstas neste Edital, nem na Resolução nº 03/2010 do CSJEs, bem como os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo Juiz Presidente do processo seletivo.

FORMOSA DO OESTE, 01 de JULHO de 2011.


ALARICO FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR
Juiz Presidente

**ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PARA CONCILIADORES**

Lei 9.099/95

Noções básicas de direito do Consumidor (Lei 8.078/1990)

**ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PARA JUÍZES LEIGOS**

Direito Civil

Processo Civil

Direito Consumidor

Lei 9.099/95